



A transição energética segue ocupando o centro das estratégias de enfrentamento da crise climática, mas os acontecimentos do último mês mostram que a substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis está longe de ser um processo linear. No Brasil, o lançamento do Plano Nacional de Mineração 2050 reforça a aposta na expansão da produção dos chamados “minerais críticos”, como lítio, níquel e elementos de terras raras, considerados essenciais para tecnologias de baixo carbono, ao mesmo tempo em que abre espaço para o debate sobre a mineração em áreas protegidas e territórios indígenas.

Paralelamente, o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2035 projeta R\$ 3,5 trilhões em investimentos para o setor energético, mas destina cerca de 80% desse montante à cadeia de petróleo e gás natural, evidenciando as contradições entre os compromissos climáticos brasileiros e as prioridades do planejamento energético nacional.

Por sua vez, a expansão da mineração de terras raras sobre comunidades quilombolas e territórios em Goiás avança com impactos socioambientais e o crescimento dos data centers impulsionados pela inteligência artificial chegam com consequências negativas sobre o consumo de energia, água e minerais dos territórios onde estão instalados. Nesta oitava edição citamos estudos que apontam a competitividade econômica das energias renováveis com combustíveis fósseis, ao mesmo tempo em que mostram os desafios para integrar essa geração ao sistema elétrico brasileiro, evitando desperdícios por falta de infraestrutura. A edição ainda acompanha a volatilidade do mercado internacional de gás e petróleo, os efeitos das disputas geopolíticas sobre a segurança energética e novas evidências que questionam a narrativa do gás natural como um “combustível de transição”.

Lançamento do Plano Nacional de Mineração 2050; exploração avança em áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas

O [Plano Nacional de Mineração \(PNM\) 2050](#), lançado em 02/07, tem como uma das metas avançar de 8,3% para 12,2% a participação do Brasil na produção global de minerais classificados pelo governo como críticos e estratégicos, e considerados essenciais para a transição energética. Minerais como lítio, níquel e grafita são usados tanto na produção de energia renovável como em baterias. O avanço da mineração se dá, segundo o PNM, de forma alinhada à estratégia nacional de enfrentamento às mudanças climáticas, estabelecida no Plano Clima. O documento destaca a importância do desenvolvimento da indústria para além da lavra dos minérios (conjunto de operações coordenadas para extrair e beneficiar bens minerais de uma jazida), embora iniciativas reais, como o PL dos Minerais



Críticos e Estratégicos, não apresentem nenhuma ação consistente para o Brasil romper seu papel de exportador de matéria prima.

Um ponto de atenção é a sinalização do avanço da mineração em áreas protegidas, como nas unidades de conservação e em terras indígenas, ainda que mediante “critérios” a serem definidos. O texto aponta que a definição de critérios baseados em atividades de baixo impacto, combinada ao monitoramento contínuo e à avaliação periódica, contribui para orientar decisões técnicas e regulatórias mais consistentes. O argumento é que esses critérios favorecem a realização de eventuais atividades minerárias de forma controlada, transparente e compatível com os objetivos de conservação, fortalecendo a governança ambiental e territorial e ampliando a previsibilidade e a efetividade da gestão das unidades de conservação. Tal discurso, porém, parece não ir além de palavras vazias, quando se leva em conta as mudanças causadas pela Lei Geral do Licenciamento Ambiental e a criação do Licenciamento Ambiental Especial, que obrigará órgãos ambientais a licenciar projetos “estratégicos” no exíguo prazo de 12 meses.

PDE 2035 prevê R\$ 3,5 trilhões em investimentos, mas o foco ainda é petróleo e gás

O governo federal publicou a versão final do [Plano Decenal de Expansão de Energia \(PDE\) 2035](#), documento que orienta o planejamento do setor energético brasileiro para o período de 2026 a 2035, publicam [Folha de S. Paulo](#) e [Eixos](#). O plano estima R\$ 3,5 trilhões em investimentos ao longo da próxima década, dos quais cerca de R\$ 2,8 trilhões serão destinados à cadeia de petróleo e gás natural. Para as energias renováveis são previstos somente R\$ 374 bilhões. O que demonstra que ainda segue investindo em petróleo, mesmo num momento onde deve reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

De acordo com o documento, o PDE busca garantir a segurança energética diante do crescimento da demanda, prevendo a expansão da geração renovável, da infraestrutura de transmissão e também da produção de petróleo e gás, considerada estratégica para a economia brasileira e para o financiamento da própria transição energética. Também projeta a necessidade de ampliar em cerca de 19 GW a capacidade de termelétricas flexíveis para dar suporte à maior participação de fontes intermitentes, como solar e eólica.



ONS irá fazer cortes de até 40 GW na geração renovável por excesso de oferta

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) estima que o Brasil poderá registrar cortes de até 40 GW por ano na geração de energia eólica e solar entre 2027 e 2030 devido ao excesso de oferta em determinados períodos, registraram [Canal Solar](#) e [Megawhat](#). O cenário decorre da combinação entre o rápido crescimento da capacidade instalada de fontes renováveis e limitações da infraestrutura de transmissão e da demanda para absorver toda a energia produzida.

Segundo o ONS, a tendência é que os cortes diminuam gradualmente a partir de 2027 com a expansão da rede de transmissão, o aumento do consumo de eletricidade e a desaceleração na entrada de novos projetos de geração centralizada. Ainda assim, a projeção reforça a necessidade de investimentos em armazenamento de energia, maior flexibilidade operacional do sistema elétrico e mecanismos de gestão da demanda para reduzir o desperdício de energia renovável e ampliar a eficiência da transição energética.

Data centers de IA ampliam impactos socioambientais e ampliam extrativismo verde

A expansão dos *data centers* impulsionada pela inteligência artificial tem intensificado o consumo global de eletricidade em um ritmo muito superior ao crescimento da oferta de energia. Em [artigo publicado no Intercept Brasil](#), a economista [Sabrina Fernandes](#) argumenta que abastecer essas estruturas com fontes renováveis não elimina seus impactos ambientais e sociais. Pelo contrário: a crescente demanda por energia, água, minerais e território pode ampliar o chamado "extrativismo verde" e criar novas "zonas de sacrifício" em diferentes regiões do mundo.

A autora destaca que o país vem sendo visto como destino estratégico para novos data centers justamente por sua disponibilidade de energia renovável. Isso, porém, levanta questões sobre soberania digital, prioridades no uso da eletricidade e os custos socioambientais associados à expansão dessas infraestruturas. Para ela, uma transição energética justa exige ir além da redução das emissões de carbono e considerar também os limites planetários, o uso de recursos naturais e os impactos sobre comunidades e territórios.

No dia 04 de agosto de 2026, a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal promoveu [audiência pública com representantes da sociedade civil](#), com o intuito de debater propostas de regulamentação de datacenters para a inteligência artificial no Brasil.



Organizações como Inesc, IP.REC, Idec e Lapin se posicionaram de forma crítica ao modo como o tema vem sendo discutido no legislativo, por não considerar os impactos sobre o consumo de recursos naturais, em especial a água, bem como os desafios para o planejamento energético do país.

Ceará aprova regras específicas para licenciamento ambiental de *data centers*

A Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) aprovou projeto de lei que estabelece regras específicas para o licenciamento ambiental de *data centers* e sistemas de armazenamento de energia por baterias no estado (Lei Estadual n.º 19.849/2026), informa [Diário do Nordeste](#). O texto cria critérios de licenciamento conforme o porte e o potencial poluidor dos empreendimentos, define procedimentos diferenciados para obtenção das licenças ambientais e prevê incentivos para atrair investimentos, como a possibilidade de benefícios fiscais relacionados ao ICMS. Também estabelece que *data centers* de médio, grande e excepcional porte deverão manter sistemas de monitoramento ambiental, embora a versão final tenha reduzido a obrigatoriedade de divulgação pública dessas informações, ponto criticado por parlamentares da oposição e organizações da sociedade civil. A lei estadual tem gerado preocupação para grupos e territórios, uma vez que projetos de grande porte e porte excepcional poderão ser licenciados mediante procedimento simplificado, o que fragiliza a avaliação de impacto ambiental.

Relatório da IRENA mostra que renováveis evitaram US\$ 480 bilhões em gastos com combustíveis fósseis em 2025

O relatório [Renewable Power Generation Costs in 2025, publicado pela Agência Internacional de Energia Renovável \(IRENA\)](#) mostra que as fontes renováveis mantiveram sua vantagem econômica sobre os combustíveis fósseis no último ano. Segundo o estudo, a geração renovável instalada em 2025 evitou cerca de US\$ 480 bilhões em gastos globais com combustíveis fósseis, reforçando que a expansão dessas fontes traz benefícios não apenas climáticos, mas também econômicos e de segurança energética. A energia solar fotovoltaica permaneceu com custo médio global de US\$ 44/MWh, enquanto a energia eólica terrestre reduziu seu custo em 4%, chegando a US\$ 33/MWh.

No caso brasileiro, a IRENA estima que o país economizou US\$ 32,4 bilhões em importações e consumo de combustíveis fósseis graças à elevada participação das energias renováveis na matriz elétrica, tornando-se o terceiro país que mais reduziu esses



gastos no mundo, atrás apenas da China e da Índia, registra [Cenário Energia](#). O desempenho reforça o potencial do país para liderar a transição energética, desde que os investimentos sejam acompanhados por expansão da infraestrutura elétrica, armazenamento de energia e planejamento do sistema.

Impactos socioambientais da mineração de terras raras em Goiás

Reportagem publicada por [O Eco](#) reúne denúncias e estudos que questionam a narrativa da "mineração verde" associada à extração de terras raras em Goiás. Segundo a publicação, a expansão da atividade, impulsionada pela crescente demanda por minerais para a transição energética, tem provocado conflitos territoriais, pressão sobre recursos hídricos e preocupações com a contaminação ambiental em comunidades próximas ao empreendimento da mineradora Serra Verde, em Minaçu (GO), única operação comercial de terras raras do país. O Brasil detém a segunda maior reserva mundial de terras raras e vem sendo apontado como um ator estratégico nesse mercado global.

Relatórios da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semad) e do Ibama identificaram irregularidades como degradação de áreas de nascentes, aumento da turbidez da água e concentrações de metais acima dos limites permitidos em cursos d'água da região pela Serra Verde. Comunidades locais também relatam redução da disponibilidade hídrica, impactos sobre a produção rural e dificuldades para denunciar os problemas por receio de represálias.

Estudo sobre terras raras em São Paulo esquece de citar quilombo no mapa

Um relatório do Serviço Geológico do Brasil (SGB) identificou áreas com potencial para exploração de terras raras no Vale do Ribeira (SP), mas deixou de mencionar que parte delas se sobrepõe ao Quilombo Mandira, em Cananéia (SP). De acordo com a [Repórter Brasil](#), a comunidade afirma que desconhecia o estudo e teme que a divulgação do mapa aumente a pressão por pedidos de mineração sobre o território, uma das áreas mais preservadas de Mata Atlântica do país. Embora o levantamento seja preliminar e não autorize a exploração mineral, lideranças quilombolas e especialistas alertam que a ausência da comunidade no documento pode invisibilizar direitos territoriais e enfraquecer a proteção da área.



Guerra de narrativas: relatório acusa indústria de promover mito do “gás natural limpo”, apesar de conhecer seus impactos climáticos

O relatório [The Fraud of “Clean” Natural Gas](#), publicado pelo Center for Climate Integrity (CCI), reúne documentos internos da indústria de petróleo e gás para argumentar que empresas do setor conheciam os impactos climáticos e à saúde pública associados ao metano, principal componente do gás natural, mas mesmo assim fizeram campanhas para apresentá-lo como uma solução “limpa” para a transição energética para influenciar formuladores de políticas públicas e a opinião pública.

De acordo com o estudo, desde os anos 1960 e 1970, a indústria já tinha conhecimento da poluição causada por vazamentos de metano e de seus efeitos sobre o clima. A narrativa de que o gás natural seria uma opção ambientalmente responsável favoreceu a expansão da infraestrutura de gasodutos, terminais de GNL e usinas termelétricas. O relatório ainda busca subsidiar ações judiciais e debates regulatórios relacionados à responsabilização da indústria por alegações de desinformação climática.

IEA prevê queda na demanda global por gás natural em 2026 diante de oferta mais restrita e preços elevados

A demanda global por gás natural deverá recuar 0,5% em 2026, interrompendo a trajetória de crescimento observada nos últimos anos. A projeção é da Agência Internacional de Energia (IEA), no relatório [Gas Market Report Q3 2026](#), que atribui a retração ao encarecimento do gás natural liquefeito (GNL), às restrições na oferta e aos impactos do conflito no Oriente Médio sobre o mercado internacional. Segundo a agência, a redução equivale a cerca de 20 bilhões de metros cúbicos de consumo e representa apenas a terceira queda anual da demanda global nesta década.

O relatório aponta que o conflito no Oriente Médio alterou significativamente o equilíbrio do mercado global de gás. Apesar da recuperação parcial dos fluxos de GNL pelo Estreito de Ormuz após o acordo provisório entre Estados Unidos e Irã, os volumes permanecem abaixo dos níveis anteriores ao conflito. Ao mesmo tempo, novos projetos de exportação na América do Norte, África e Austrália devem compensar parte das perdas, mantendo a oferta



global de GNL praticamente estável em relação a 2025. Para a agência, o mercado internacional de gás continuará sujeito à volatilidade geopolítica e às incertezas sobre a recuperação da infraestrutura de exportação de GNL, mantendo desafios para a segurança energética ao longo de 2026.

**Esta newsletter foi elaborada a partir de notícias publicadas entre 1º e 31 de julho de 2026. Em alguns casos, análises e informações divulgadas na primeira semana de agosto foram incorporadas pela curadoria à edição final, com o objetivo de aprofundar a contextualização e a análise de conjuntura.*